



290

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0329252-2 RECIFE/PE

AGRAVANTE:

LEONARDO FERREIRA LAMARTINE

ADVOGADO:

**Erik Limongi Sial (OAB/PE 15178) e Outro(s)-
conforme regimento interno TJPE Art. 66, III**

AGRAVADO:

**ROBERTO LAFAYETTE DE ANDRADE BITU E
OUTROS**

ADVOGADO:

**Saulo Siqueira (OAB/PE 969B) e Outro(s)-conforme
regimento interno TJPE Art. 66, III**

RELATOR:

DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

DATA DO JULGAMENTO:

28 DE MAIO DE 2014

**EMENTA – COMPRA E VENDA DE QUOTAS
SOCIETÁRIAS. ILEGITIMIDADE ATIVA DO
AGRAVADO. REJEITADA. PRELIMINAR DE
INCOMPETÊNCIA DA 15ª VARA CÍVEL DA
CAPITAL. ACOLHIDA.**

1. A preliminar de ilegitimidade ativa do agravado há de ser rechaçada de pronto, uma vez que o recorrido foi casado sob o regime de comunhão parcial de bens com uma das sócias da Empresa, tendo direito à parte das referidas quotas, o que lhe confere interesse em qualquer tipo de negócio que as envolva.

2. A preliminar de Incompetência da 15ª Vara Cível há de ser acolhida, uma vez que existe demanda proposta perante a 21ª Vara Cível da Capital envolvendo as mesmas partes da ação cautelar originária, onde se discute a indisponibilidade das marcas Bonaparte, Monalisa e Donatário, todas registradas em nome da empresa Food & Mart, também parte nesta cautelar e, a fim de evitar decisões conflitantes e em respeito aos princípios da celeridade e da economia processual, faz-se necessária a reunião dos feitos para julgamento simultâneo.

3. Tendo a ação que tramita perante a 21ª Vara Cível da Capital (NPU nº 73272-93.2011.8.17.0001) sido despachada em 19/12/2011, conforme se extrai de consulta ao sistema *Judwin* de 1º grau deste Tribunal, e a presente ação (NPU nº 3810-44.2014.8.17.0001) sido despachada em 22/01/2014, deve ser reconhecida a prevenção da 21ª Vara Cível da Comarca da Capital para apreciar os feitos.

4. Em respeito ao princípio da *translatio iudicii*, a liminar proferida pelo juiz da 15ª Vara Cível da Capital deve continuar a surtir seus efeitos, os quais poderão ser revalidados pelo juízo prevento se assim entender aquele magistrado.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

5. Diante de todo o exposto, acolheu-se a preliminar de Incompetência da 15ª Vara Cível da Capital para apreciar a Ação Cautelar nº 3810-44.2014.8.17.0001, determinando a sua remessa para a 21ª Vara Cível da Capital, juízo prevento para julgar os feitos, preservando os efeitos da liminar proferida às fls. 97/97v, até ulterior deliberação do juízo da 21ª Vara Cível, que deverá ratificar ou não a liminar proferida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento nº 0329252-2, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em rejeitar a preliminar de ilegitimidade ativa da parte agravante e acolher a preliminar de Incompetência da 15ª Vara Cível da Capital para apreciar a Ação Cautelar, determinando sua remessa par 21ª Vara Cível da Capital, preservando os efeitos da liminar proferida às fls. 97/97v, nos termos do voto do relator.

Recife, 02 de junho de 2014.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virginio

280
A

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0329252-2 – RECIFE/PE

AGRAVANTE: LEONARDO FERREIRA LAMARTINE

ADVOGADO: Francisco Rodrigues dos Santos Sobrinho PE004311

AGRAVADO: ROBERTO LAFAYETTE DE ANDRADE BITU E OUTROS

ADVOGADO: Saulo Siqueira PE000969B

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

RELATÓRIO

Em virtude do presente agravo ter sido retirado de pauta por este relator, pelo fato da parte agravante ter suscitado uma questão de ordem, adito o relatório de fls. 253/253v.

Em 07 de maio de 2014 o presente agravo de Instrumento foi levado a julgamento, momento em que houve sustentação oral pelos advogados das partes, tendo sido levantada a preliminar de Incompetência do Juízo e, por se tratar esta de uma matéria de ordem pública, a fim de examinar melhor o tema, o recurso foi retirado de pauta por esse julgador (fls. 277 verso).

Defende a parte agravante (fls. 273v e 274) que o juízo da 15ª Vara Cível da Capital é flagrantemente incompetente para julgar a matéria, uma vez que existem demandas de ordem cautelar e de rito ordinário perante o juízo da 21ª Vara Cível da Capital, em que figuram como partes todos os litigantes da presente demanda cautelar e que, ainda que se entenda que o Juízo da 21ª Vara Cível da Capital não seja o competente a julgar a ação, existe pendente na 3ª Vara de Família da Capital uma sobrepartilha envolvendo parte das quotas sociais da Food & Mart cabíveis a Cristiana Fontes e Roberto Bitu, o que tornaria aquela Vara de Família a competente a julgar a presente cautelar.

É perfeitamente cabível a retirada de pauta de um recurso pelo seu relator, desde que haja a intimação das partes, a fim de ficarem cientes da sua reinclusão em pauta, evitando, assim, futura alegação de cerceamento do direito de defesa. Entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos:

[...]ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA, APENAS PARA ANULAR O JULGAMENTO DO RECURSO DE APELAÇÃO, PARA QUE OUTRO SEJA PROFERIDO COM A PRÉVIA INTIMAÇÃO DA DEFESA DA PAUTA DE JULGAMENTO, E, CONSEQUENTEMENTE, AFASTAR O TRÂNSITO EM JULGADO DA CONDENAÇÃO.1. Conforme orientação há muito sedimentada nesta Corte Superior, a retirada de processo da pauta de julgamento, a pedido ou por iniciativa do Relator, impõe seja feita nova intimação das partes, sob pena de cerceamento do direito de defesa. [...] (STJ, HC 123.526/RJ,



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio**

**Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA
TURMA, julgado em 05/08/2010, DJe 20/09/2010).**

É o breve relatório aditivo. Reinclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 19 de maio de 2014.


**Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator**



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

283
M

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0329252-2 – RECIFE/PE

AGRAVANTE: LEONARDO FERREIRA LAMARTINE

ADVOGADO: Francisco Rodrigues dos Santos Sobrinho PE004311

AGRAVADO: ROBERTO LAFAYETTE DE ANDRADE BITU E OUTROS

ADVOGADO: Saulo Siqueira PE000969B

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. RELATOR

PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA DA PARTE AGRAVADA

✓ Inicialmente o agravante aduz que o agravado não é parte legítima a figurar na lide uma vez que sequer figura como sócio no contrato social da empresa.


Ora, a presente preliminar de ilegitimidade ativa do agravado há de ser rechaçada de pronto, uma vez que o Sr. Roberto foi casado sob o regime de comunhão parcial de bens com uma das sócias da Empresa, Sra. Cristiana, e restou claramente especificado na sentença que decretou o divórcio que “com relação às quotas em nome da requerente mulher da Sociedade Food & Mart Comércio Alimentício Ltda, os requerentes estabelecem que oportunamente realizarão uma sobrepartilha” -declaração extraída através de consulta no *Judwin* de 1º grau ao processo nº 0013911-24.2006.8.17.0001.

Diante das evidências acima expostas, entendo que o agravado tem todo interesse em qualquer tipo de negócio que envolva as quotas sociais da empresa sobre a qual terá sua parte devidamente partilhada no momento oportuno, já que, repito, foi casado sob o regime de comunhão parcial de bens com uma das sócias da Sociedade Food & Mart Comércio Alimentício Ltda.

Desta feita, **REJEITO** a preliminar de Ilegitimidade Ativa da parte agravada.

É como voto.

Recife, 8 de Maio de 2014.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

284
M

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0329252-2 – RECIFE/PE

AGRAVANTE: LEONARDO FERREIRA LAMARTINE

ADVOGADO: Francisco Rodrigues dos Santos Sobrinho PE004311

AGRAVADO: ROBERTO LAFAYETTE DE ANDRADE BITU E OUTROS

ADVOGADO: Saulo Siqueira PE000969B

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. RELATOR

PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DA 15ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Em 07 de maio de 2014 o presente agravo de Instrumento foi levado a julgamento, momento em que houve sustentação oral pelos advogados das partes, tendo sido levantada a preliminar de Incompetência do Juízo pelo advogado do agravante a qual, ressalte-se, não havia figurado como um dos pedidos a serem apreciados por este julgador, quando da interposição do presente agravo e, por se tratar esta de uma matéria de ordem pública, retirei o processo de pauta, passando agora a analisar a referida preliminar.

Defende a parte agravante que o juízo da 15ª Vara Cível da Capital é flagrantemente incompetente para julgar a ação originária, uma vez que existem demandas de ordem cautelar e de rito ordinário perante o juízo da 21ª Vara Cível da Capital, em que figura Cristiana Fontes com autora e como demandados Leonardo Lamartine, Roberto Bitu e a empresa Food & Mart, ou seja, todos os litigantes da demanda cautelar.

Entende a agravante, portanto, que o feito deve ser remetido à 21ª Vara Cível da Capital por conexão, já que a demanda em discussão abarca plexo de relações patrimoniais envolvendo as referidas partes.

Aduz, ainda, que caso se entenda que o Juízo da 21ª Vara Cível da Capital não seja o competente para julgar a ação, existe pendente na 3ª Vara de Família da Capital uma sobrepartilha envolvendo parte das quotas sociais da Food & Mart cabíveis a Cristiana Fontes e Roberto Bitu, o que tornaria aquela Vara de Família a competente para julgar a presente cautelar.

Pois bem.

Inicialmente há de ser rechaçado o pedido de remessa dos autos à 3ª Vara de Família da Comarca da Capital, sob a alegação de que naquela vara tramita a sobrepartilha de parte das quotas sociais da empresa Food & Mart, pois, analisando o Art. 81 do Código de Organização Judiciária-COJE, o qual dispõe sobre a competência das Varas de Família, não está vislumbrada a possibilidade de apreciação da legalidade de um negócio jurídico celebrado entre as partes, mesmo que envolva quotas sociais ainda não partilhadas por aquele juízo.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virginio

285
M

Passo agora a analisar a competência da 21ª Vara Cível da Capital para apreciar feito, por motivo de conexão e consequente prevenção do referido juízo.

Dispõe o artigo Art. 105 do Código de Processo Civil que, havendo conexão ou continência, o juiz, **de ofício** ou a requerimento de qualquer das partes, pode ordenar a reunião de ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente.

A respeito da conexão, o Art. 103 do Código de Processo Civil estabelece que "Reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir".

De acordo com José Carlos Barbosa Moreira (A Conexão de causas como pressuposto da reconvenção, Saraiva, Sp, 1979), interpretando o artigo supra, pode-se afirmar que para a conexão de demandas distintas, basta que hajam entre si um nível de vínculo, uma coincidência de um só dos elementos da ação (partes, causa de pedir ou pedido).

Desta feita, chega-se à conclusão de que a conexão é uma relação de semelhança entre demandas, que é considerada pelo direito positivo como apta para a produção de determinados efeitos processuais.

Ainda, nas palavras de Nelson Nery Junior. (Conexão – Junção de processos [RP 64/158]), a reunião de processos pela conexão tem por finalidade a pacificação social, reunindo-se todos os conflitos existentes entre as mesmas partes, a integralidade da ordem jurídica, por se evitar decisões conflitantes, a economia processual e a eficácia do processo.

No caso em apreço, considerando que a demanda proposta na 21ª Vara Cível da Capital envolve as mesmas partes da ação cautelar originária, bem como discute a indisponibilidade das marcas Bonaparte, Monalisa e Donatário, todas registradas em nome da empresa Food & Mart, também parte nesta cautelar, a fim de evitar decisões conflitantes, faz-se necessária a reunião dos feitos para julgamento simultâneo, bem como em respeito aos princípios da celeridade e da economia processual.

Este também é o entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

- PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÕES INDENIZATÓRIAS. CONEXÃO. EXISTÊNCIA. CONVENIÊNCIA DA MEDIDA. I. A conexão pressupõe a existência de causas que, embora não sejam iguais, guardam entre si algum vínculo, uma relação de afinidade, o que denota que o alcance da regra de conexão tem sido alargado, de modo a se interpretar "o vocábulo "comum", contido no texto legal, como uma indicação do legislador de que, para caracterizar a conexão, seria desnecessária a

AS



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virginio

286
M

identidade total dos elementos da ação, bastando tão somente uma identidade parcial. 2. O art. 105 do CPC, em torno do qual existe certa divergência acerca de sua exata interpretação, afirma que, "havendo conexão ou continência, o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pode ordenar a reunião de ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente". [...]. 4. Esse permissivismo, porém, deve ser tratado com cautela, realizando-se um juízo criterioso, a fim de evitar a reunião desnecessária e desmedida de ações. O critério fundamental a ser sopesado pelo julgador nessa avaliação situa-se em torno da verificação da conveniência da reunião dos processos. 5. O art. 103 do CPC se limita a instituir requisitos mínimos de conexão, cabendo ao Juiz, conforme os elementos presentes em cada caso, aquilatar se a adoção da medida se mostra aconselhável e consentânea com a finalidade do instituto, que, em última análise, se presta a colaborar com a efetividade da justiça e da pacificação social. [...] 7. Se as ações conexas tramitam na mesma comarca, competente é o juiz que despacha em primeiro lugar, a teor do art. 106 do Código de Processo Civil. 8. A expressão "despachar em primeiro lugar", inserida no art. 106 do CPC, salvo exceções, deve ser entendida como o pronunciamento judicial positivo que ordena a citação. Precedentes.[...] (STJ, REsp 1226016/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/03/2011, DJe 25/03/2011).

Ademais, cabe elucidar que o reconhecimento da prevenção por conexão se trata de matéria de ordem pública a ser reconhecida de ofício pelo julgador, conforme dispõe o Art. 301, VII, §4º do Código de Processo Civil¹.

Pois bem. Sendo reconhecida a conexão entre as ações, há de ser aplicado o Art. 106 do Código de Processo Civil², a fim de determinar o juízo preventivo.

Tendo a ação que tramita perante a 21ª Vara Cível da Capital (NPU nº 73272-93.2011.8.17.0001) sido despachada em 19/12/2011, conforme se extrai de consulta ao sistema *Judwin* de 1º grau deste Tribunal, e a presente ação (NPU nº 3810-44.2014.8.17.0001) sido despachada em 22/01/2014, deve ser reconhecida a prevenção da 21ª Vara Cível da Comarca da Capital para apreciar os feitos.

Por fim, definida a competência da 21ª Vara Cível da Capital, cabe decidir a respeito da liminar proferida pelo juiz da 15ª Vara Cível da Capital.

¹ Art. 301. Compete-lhe, porém, antes de discutir o mérito, alegar: [...] VII - conexão; [...] § 4º Com exceção do compromisso arbitral, o juiz conhecerá de ofício da matéria enumerada neste artigo.

² Art. 106. Correndo em separado ações conexas perante juízes que têm a mesma competência territorial, considera-se preventivo aquele que despachou em primeiro lugar.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

287
A

Segundo Leonardo Carneiro da Cunha³, é curial que, reconhecida a incompetência, seja mantida a decisão concessiva de provimento de urgência, a fim de garantir a efetividade processual e evitar prejuízos irreparáveis para a parte que aparenta ter razão.

Nesse sentido, há de ser colacionado o seguinte aresto, do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL. DISPOSITIVO QUE NÃO TEM CARGA NORMATIVA SUFICIENTE PARA INFIRMAR O ACÓRDÃO RECORRIDO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF.1. O art. 113, § 2º, do CPC, não tem carga normativa suficiente para infirmar as razões alinhavadas pelo aresto recorrido, que reconheceu a incompetência absoluta do juízo, mas deferiu liminar em face da urgência até manifestação do juiz competente.2. O dispositivo não trata, e também não impede, a possibilidade de o juiz, ainda que absolutamente incompetente, deferir medidas de urgência. [...]CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 01/07/2011).

Ainda de acordo com Leonardo Carneiro da Cunha⁴, tal entendimento consolida o que se chama de *translatio iudicii*, de sorte que o reconhecimento da incompetência provoca a remessa dos autos ao juízo competente, com o aproveitamento de todos os atos e a preservação dos efeitos processuais e materiais da demanda.

Desta feita, em respeito ao princípio da *translatio iudicii*, cuido que a liminar proferida pelo juiz da 15ª Vara Cível da Capital deve continuar a surtir seus efeitos, os quais poderão ser revalidados pelo juízo prevento se assim entender aquele magistrado.

Diante de todo o exposto, acolho a preliminar de Incompetência da 15ª Vara Cível da Capital para apreciar a Ação Cautelar nº 3810-44.2014.8.17.0001, determinando a sua remessa para a 21ª Vara Cível da Capital, juízo prevento para julgar os feitos, preservando os efeitos da liminar proferida às fls. 97/97v, até ulterior deliberação do juízo da 21ª Vara Cível, que deverá ratificar ou não a liminar proferida.

É como voto.

Recife *de maio* de 2014.

Alberto Nogueira Virgínio
Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator

³ CUNHA, Leonardo Carneiro da. A *translatio iudicii* no Projeto do Novo Código de Processo Civil Brasileiro. Revista de Processo 2012-Repro 208. Pág 259.

⁴ CUNHA, Leonardo Carneiro da. A *translatio iudicii* no Projeto do Novo Código de Processo Civil Brasileiro. Revista de Processo 2012-Repro 208. Pág 260.